

Reflectindo sobre a EducaÃ§Ã£o!

Afixado por rodrigo

A prÃ¡tica docente, na conjuntura educativa actual e em qualquer domÃ­nio disciplinar e curricular, pressupÃ´e uma postura de permanente reflexÃ£o por parte de quem pretende desempenhar uma funÃ§Ã£o, cujo contÃ©do funcional apresenta continuamente uma dinÃ¡mica mutacional sob vÃ¡rios aspectos. Efectivamente, no momento presente, reflectir sobre o papel do professor, implica nÃ£o nos cingirmos Ãnicamente ao restrito teor pedagÃ³gico da funÃ§Ã£o docente. O professor nÃ£o deverÃ¡ ser encarado como uma ilha, no imenso mar do sistema educativo, mas sim como um elemento basilar na edificaÃ§Ã£o de uma EducaÃ§Ã£o plena e integral que se deseja fomentar. TerÃ¡ de ser tido em conta, numa perspectiva de pertença e integraÃ§Ã£o num vasto e complexo sistema de interacÃ§Ã£o de variados e muitas vezes antagÃ³nicos interesses. Assim, a reflexÃ£o que me proponho efectuar nÃ£o pode menosprezar variÃ¡veis que se correlacionam directamente com a acÃ§Ã£o docente, nomeadamente, a reforma curricular e a sua coexistÃªncia com a institucionalizaÃ§Ã£o da obrigatoriedade da frequÃªncia escolar. SÃ£o dois aspectos que na minha opiniÃ£o determinam e condicionam de forma contundente a conduta dos professores, jÃ¡ que tÃªm repercussÃµes na atitude e postura que os alunos evidenciam perante a Escola. NÃ£o podemos ignorar, que a funÃ§Ã£o de professor sÃ³ faz sentido enquanto instrumento na formaÃ§Ã£o do aluno. SÃ£o as motivaÃ§Ãµes, ambiÃ§Ãµes e desejos dos alunos que devem nortear toda e qualquer reflexÃ£o que se faÃ§a sobre o papel dos restantes elementos pertencentes ao sistema educativo, sob pena, de nÃ£o o fazendo, estarmos a enviar a construÃ§Ã£o de um caminho para uma EducaÃ§Ã£o digna desse nome. O Homem enquanto ser eminentemente social sÃ³ sobrevive e desenvolve integrado numa sociedade. As sociedades humanas foram assim estruturadas ao longo do tempo de modo a proporcionarem a satisfaÃ§Ã£o das necessidades das comunidades que as sustentavam e alicerÃ¡avam. Cada sociedade estruturou-se de forma a adequar-se Ã s especificidades culturais, sociais e econÃ³micas dos seus elementos constituintes. Nesta estruturaÃ§Ã£o, Ã© inquestionÃ¡vel a importÃªncia do papel que a EducaÃ§Ã£o assume enquanto veÃ­culo privilegiado de inculcaÃ§Ã£o de regras e valores sociais, visando a formaÃ§Ã£o de cidadÃ£os que com as suas competÃªncias, irÃ£o e deverÃ£o fazer uso delas em benefÃ­cio do desenvolvimento da sociedade em que se inserem. Neste sentido, a EducaÃ§Ã£o deve ser uma preocupaÃ§Ã£o permanente de todos aqueles que madura e responsavelmente pugnam pela construÃ§Ã£o de uma sociedade mais justa, solidÃ¡ria e democrÃ¡tica, isto Ã©, humanamente desenvolvida.

Reflectir sobre a EducaÃ§Ã£o vigente torna-se mais premente numa altura em que muitas vezes a ela se referem de modo muito depreciativo. Problemas como a indisciplina dos alunos e a perda de autoridade dos professores sÃ£o realidades que infelizmente nÃ£o podemos nem devemos escamotear sob pena de estarmos a hipotecar irreversivelmente o nosso futuro e destino colectivos.

O Estado, com uma intenÃ§Ã£o cuja intrÃ­nseca bondade nÃ£o podemos questionar, instituiu a escolaridade obrigatÃ³ria atÃ© ao 9.º ano. Pretendia com esta medida, dotar a plenitude dos cidadÃ£os nacionais com um leque mÃ¡ximo de competÃªncias e conhecimentos que lhes permitissem crescer, adaptar-se e desenvolverem a sociedade que integram. No entanto, a realidade evidencia com toda a clareza, que a eficÃ¡cia desta medida fica muito aquÃ©m do minimamente desejÃ¡vel. Por via desta âœœobrigatoriedadeâœ• legal, os professores e muitos alunos com motivaÃ§Ã£o e vontade de aprender sÃ£o presentemente confrontados com a presenÃ§a âœœobrigatÃ³riaâœ• de indivÃ­duos cujo principal intento Ã© nitidamente boicotar a acÃ§Ã£o pedagÃ³gica dos docentes. Mais grave ainda, Ã© que o prÃ³prio sistema educativo a preconizar que a esses elementos devem ser conferidas todas as atenÃ§Ãµes, como forma de recuperÃ¡-los e tornÃ¡-los cidadÃ£os conscientes e responsÃ¡veis. No entanto, as causas que estÃ£o subjacentes a essas posturas desviantes sÃ£o secundarizadas e nÃ£o sÃ£o atacadas e debeladas eficazmente na sua origem. E aos professores continua a exigir-se que sejam mÃ¡gicos e que atravÃ©s de artes divinas encontrem e apliquem soluÃ§Ãµes eficazes. Esquecem-se os defensores desta tese, que ao tentarem fazÃª-lo, os professores estÃ£o a descurar os outros alunos que se encontram predispostos a aprenderem e evoluiem. O resultado Ã© Ã¡bvio e desolador: os alunos problemÃ¡ticos nÃ£o sÃ£o recuperados, porque as causas nÃ£o foram anuladas e os alunos motivados nÃ£o aprendem, porque os esforÃ§os dos seus professores estÃ£o mais centrados nos colegas com âœœnecessidades educativas especiaisâœ•.

Neste sentido suscita-me algumas reservas a imposiÃ§Ã£o da escolaridade obrigatÃ³ria. Admito que esta minha preocupaÃ§Ã£o possa chocar a maioria dos docentes e de todos aqueles que se preocupam com a implementaÃ§Ã£o de uma EducaÃ§Ã£o que nÃ£o marginalize ninguÃ©m e que simultaneamente propicie igualdade de oportunidades a todos os cidadÃ£os na procura da sua realizaÃ§Ã£o profissional, condiÃ§Ã£o indispensÃ¡vel para a concretizaÃ§Ã£o de um estado de bem-estar pessoal. No entanto, esta Ã© perfeitamente exequÃ¡vel desde que alicerÃ¡sada numa profunda e eficaz reforma curricular que vÃ¡ de encontro Ã s legÃ¡timas expectativas dos alunos. A aboliÃ§Ã£o da escolaridade obrigatÃ³ria serÃ¡, eventualmente, uma medida com frutos proveitosos, se, como referi anteriormente, for acompanhada de uma reestruturaÃ§Ã£o dos currÃ­culos que torne a frequÃªncia escolar um factor de motivaÃ§Ã£o para os alunos e nÃ£o num fardo pesado que âœœobrigatoriamenteâœ• tÃªm de carregar numa determinada fase sua vida.

Ã‰ a minha convicÃ§Ã£o, que todas as reformas curriculares implementadas nas duas Ãºltimas dÃ©cadas em Portugal tÃªm visado a realizaÃ§Ã£o de um Ensino no qual os alunos se revejam e se constitua instrumento privilegiado para a concretizaÃ§Ã£o dos seus mais variados e diversos objectivos de vida. A ser assim, o carÃ¡cter obrigatÃ³rio da frequÃªncia escolar, seria perfeitamente desnecessÃ¡rio. AliÃ¡is, julgo, que num regime democrÃ¡tico, digno desse nome, nÃ£o faz sentido obrigar quem quer que seja a frequentar ou participar em actividades para as quais nÃ£o se encontra minimamente motivado ou interessado.

Quero no entanto realÃ¡sar que o facto de colocar algumas objecÃ§Ãµes Ã escolaridade obrigatÃ³ria, nÃ£o invalida que reconheÃ§a o papel fundamental que a Escola assume enquanto instituiÃ§Ã£o alicerÃ¡sadora de qualquer Sociedade que

se queira devidamente estruturada e organizada.

Com efeito, conceber uma Sociedade sem Escola ou Instituição afim, é conceção que merece a reprovação unânime de todos os intervenientes no processo de ensino e formação.

Sendo assim, o que urge reflectir é sobre o modo como se deseja desenvolver e concretizar a acção da Escola no seio da Sociedade.

Várias questões se colocam: Que papel deve ter a Escola? Quais os conhecimentos a transmitir? Quais os valores sociais a reproduzir? Quais as capacidades a desenvolver? Quais os comportamentos a incentivar e a modificar? Que métodos pedagógicos devem ser utilizados para esse fim? Que currículos devem ser adoptados?

Enfim, diversas questões que devem merecer a preocupação constante e permanente de todos aqueles que directa ou indirectamente, participam na construção de um sistema educativo que vá de encontro às necessidades sociais.

Tal preocupação, é cada vez mais premente numa Sociedade onde os desafios e as mudanças surgem continuamente a um ritmo exponencialmente alucinante, implicando este facto que todo o indivíduo, como forma de se sentir plenamente integrado nessa Sociedade terá de estar munido das ferramentas que lhe possibilitem superar as dificuldades e obstáculos que se lhe deparam, de forma contínua e por vezes imprevisível.

Neste sentido, um dos problemas que presentemente se levanta, prende-se com o carácter pedagógico que deve ter a Escola contemporânea: Generalista ou Especialista?

Deveremos saber de tudo um pouco, ou tudo de pouco?

Efectivamente, as necessidades actuais não se compadecem com conhecimentos superficiais sobre um diverso e variado leque de assuntos. Cada vez mais a especialização surge como instrumento imprescindível a ser utilizado por cada um de nós no nosso dia a dia. Cada pessoa reúne no seu seio, um conjunto de dons e aptidões que devem ser explorados e rentabilizados no sentido de lhe proporcionar competências nos mais diversos domínios, tais como: no pessoal, no familiar, no âmbito social, no cultural, no político e no profissional.

São assim, far-se-á sentido toda a nossa acção individual enquanto elementos pertencentes a uma Sociedade que se quer sólida e desenvolvida. Todos nós temos uma função e missão a desempenhar na manutenção dessa Sociedade. A nossa acção individual complementa-se com a dos restantes elementos. Dessa complementariedade pode resultar um desenvolvimento mais ou menos profícuo. Quanto maior for essa proficiência, mais necessidades estarão a ser eficazmente satisfeitas.

Este deverá ser um dos objectivos fulcrais com que deverá se preocupar o sistema educativo ao estruturar o ensino. Quero no entanto realçar que não se deve desprender das minhas palavras que a vertente generalista deverá ser abolida, muito pelo contrário. Esta deverá estar na base de qualquer currículo, digno desse nome.

Contudo, sou de opinião que mesmo na fase generalista do ensino, o sistema deveria possibilitar que os alunos fossem tendo noção e consciência das suas naturais aptidões e vocações. Tal poderia ser feito com um acompanhamento regular de psicólogos e especialistas afins que ao longo desta fase, iam aquilatando e detectando os reais interesses e necessidades dos discentes, no sentido de os auxiliar na escolha mais gratificante do seu futuro académico e profissional. Julgo que esta medida acarretaria algumas vantagens significativas.

Por um lado, estes psicólogos, sendo conhecedores das reais expectativas e desejos dos alunos, seriam elementos fundamentais a serem tidos em conta na elaboração dos currículos da fase especialista do ensino.

Por outro lado, os próprios alunos saberiam que o sistema de ensino, numa fase mais avançada, lhes iria possibilitar a concretização dos seus legítimos anseios. Que maior motivação poderão ter os alunos do que esta? Muito provavelmente, o facto de saberem que o sistema de ensino lhes possibilitava um futuro profissional que os realizava, determinaria que seriam eles próprios a encararem a Escola como uma instituição essencial no seu processo de amadurecimento e não como uma fatalidade e obrigação. Estariam assim criadas as bases para os alunos sentirem a necessidade da aprendizagem, traduzida no gosto por aprender. Desta satisfação, dependerá todo o sucesso escolar, pois não é o pedagogo que atinja os seus objectivos se os seus alunos não quiserem aprender. O ensino só é pleno se ao trabalho do professor, corresponder o empenhamento do aluno, conjugados em equipa unida e articulada. Desta dicotomia entre a vertente generalista e a vertente especialista, terá emergido a recente reforma curricular do ensino básico e secundário, reforma essa que se encontra presentemente a ser implementada na sua fase embrionária, e que tem suscitado polémica e algumas pertinentes críticas. O que se deverá ter em conta na sua implementação é o seguinte: um currículo, deverá simultaneamente ir ao encontro dos dons e aptidões que os alunos apresentam, bem como procurar facultar-lhes as disciplinas que lhes proporcionem as devidas competências para as funções que se propõem e desejam desempenhar.

São assim, a Instituição Escola, estará a cumprir o seu papel de forma eficaz, pois estará na mão de profissionais motivados e competentes, condição essencial para a qualidade de toda e qualquer função.

Ao proceder deste modo, o Estado sem ter a necessidade de instituir a obrigatoriedade da frequência escolar, estará de forma responsável a facultar uma formação escolar abrangente, na qual todos os alunos encontrarão um currículo que os alicie. Quem não quiser, não tem a obrigação de ser sujeito a uma aprendizagem que rejeita, nem o direito de entrar e obstaculizar o esforço e empenho de docentes e discentes. Se assim for, estará o sistema educativo a contribuir para a formação e formação de cidadãos maduros, conscientes dos seus deveres e direitos, condição essencial para a estruturação de uma Sociedade digna desse nome!

Rodrigo Trancoso

=====

Re: Reflectindo sobre a Educação!

Afixado por Rodrigo Trancoso - 07/11/06 15:11

O estado actual da Educação, por motivos infelizes, alvo de muita discussão e polémica.

Efectivamente, as queixas de todos os agentes educativos, nomeadamente, professores, alunos, pais, auxiliares de acção educativa, são mais que muitas. Estas incidem sobre o aproveitamento, sobre a indisciplina, sobre a estrutura curricular, sobre as infra-estruturas, sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais, sobre o processo de avaliação, sobre a assiduidade, etc.

Todos estes aspectos, são pilares sobre os quais devem recair a atenção pormenorizada de todos aqueles que dentro das suas funções procuram implementar um sistema educativo que contribua decisivamente para a formação de cidadãos na sua plenitude. Esta plenitude pressupõe que os cidadãos tenham consciência dos seus direitos e deveres e simultaneamente sejam portadores das competências que lhes possibilitem ser elementos activos na construção de uma sociedade mais justa, solidária e humanizada. Deve ser este o objectivo de toda e qualquer política educativa digna desse nome.

Para o efeito, nos últimos trinta anos muitas reformas tem sofrido o sistema educativo. Contudo, verifica-se que a prossecução desse nobre fim afigura-se presentemente cada vez mais difícil, para não dizer utópica.

Essa situação resulta, na minha opinião, de certos pressupostos basilares em que assenta o dito sistema, perverterem os seus objectivos. São vejamos:

A instituição da escolaridade obrigatória até ao 9º ano (fala-se agora em estendê-la até ao 12º ano). Não ponho em causa a bondade dos fins a que se destina esta obrigatoriedade. Contesto sim, o modo como ela é aplicada, nomeadamente através de uma estrutura curricular que desmotiva e revolta muitos dos alunos. Por outro lado, nessa estrutura curricular não podemos descuidar as competências que são essenciais para os alunos posteriormente conseguirem singrar no mercado de trabalho. Surge assim o problema: como conciliar os currículos, de forma a que simultaneamente estes sejam atractivos para os alunos e propiciem-lhes também as competências que os permitam integrar-se numa profissão que os realize? Os currículos alternativos têm sido um caminho adoptado para esse fim. Mas pergunto: os resultados têm sido satisfatórios? As escolas são dotadas das

infra-estruturas necessárias para proporcionar uma formação efectivamente profissionalizante? Estão a ser sensibilizadas e apoiadas de forma conveniente as empresas para neste domínio colaborarem activamente com as escolas, nomeadamente na elaboração dos currículos, na realização de estágios, na formação técnica dos professores? Sinceramente, tenho muitas dúvidas quanto a isto. Não esqueçamos que a grande maioria dos empresários ainda padece de uma grande carência de pensamento estratégico. Logo, muitos deles não se dispõem a colaborar com as escolas se, dessa colaboração, tirarem proventos imediatos. Não pensam que dessa colaboração, estão a contribuir para que no futuro, existam no mercado candidatos a profissionais mais competentes, com inevitáveis consequências positivas na qualidade dos recursos humanos das empresas. Faço referência a este aspecto, porque já fui testemunha de uma situação em que uma iniciativa lúdico-didáctica promovida por uma empresa, foi inviabilizada porque, para o efeito, teria de ser publicitado o produto que essa empresa disponibilizava. Se queremos que o sector empresarial colabore com a escola, não pode esta adoptar atitudes deste tipo face a quele.

Na sequência desta inadequação da estrutura curricular e da obrigatoriedade de frequência da escola, verifica-se que muitos alunos evidenciam a sua revolta, através da indisciplina. Os professores vêem-se totalmente impotentes para lhe pôr cobro. Desde logo, as punições

pedagógicas, na prática, quando são aplicadas, não são efectivamente percebidas como tal pelos alunos. Por outro lado, os entraves burocráticos à realização dos processos disciplinares são de tal ordem, que entre a ocorrência do comportamento que suscitou o processo e o momento da aplicação da pena, decorrem por vezes, dois, três ou quatro meses. Este aspecto, incute nos alunos prevaricadores o sentimento que o crime compensa. E neste interregno, mantém-se a indisciplina, a qual provoca desmotivação e frustração no professor, acarretando esse facto prejuízo para todos os alunos interessados e motivados.

Que solução então: preconizo que se acabe com a escolaridade obrigatória. O Estado tem de facultar no ensino público, uma maior diversidade curricular, elaborada em estreita colaboração com as empresas e associações profissionais, no sentido de quem quiser, encontrar na escola um meio de realizar os seus anseios. Se assim for, uma das grandes causas da indisciplina estará debelada. Por outro lado, o facto de a escolaridade já não ser obrigatória, fará com que os alunos que continuem indisciplinados, sem motivo para tal, sejam efectivamente punidos, sem continuarem a prejudicar os demais. Criem-se as condições para que as comissões de protecção de jovens e crianças em risco tenham um representante em cada escola, no sentido de este actuar em tempo útil. Invista-se na criação de centros educativos concelhios que alberguem as crianças que por razões exteriores à escola, não conseguem se integrar no meio escolar.

Este aspecto da punição, remete para outra situação aberrante: o facto de as faltas dentro da escolaridade obrigatória serem várias vezes para efeitos estatísticos. Que valores e consciência cívica estamos a inculcar e construir na mente dos alunos com essa medida? Faltem a vontade, que nada vos acontece, com isso?

Depois, quando chegam ao mercado de trabalho, esses alunos que viram sempre as suas faltas não terem nenhuma consequência directa, viram-se contra os seus patrões, por estes serem muito rigorosos e exigentes e nada permissivos no aspecto da assiduidade.

Prossigo, reportando-me agora à questão da avaliação. Esta assume crescentemente contornos facilitistas e laxistas. Daqui resulta inevitavelmente cidadãos mais impreparados e menos produtivos. Os críticos de avaliação têm de ser os mesmos pelos quais se regem os recrutadores no mercado de trabalho: o candidato sabe e é capaz de desempenhar as funções que o cargo a preencher exige? Se sim, é recrutado. Se não sabe ou não é capaz, não é recrutado. Os empresários não querem saber quais os motivos que levam o candidato a ter essas limitações. Querem é recrutar os mais competentes. É perfeitamente legítima esta postura, pois é o seu investimento que está em causa, o risco dos empresários. Perante esta situação, os candidatos acabam por se revoltar contra a escola, pois esta em vez de os preparar para a selva que é o mundo laboral, enveredou por um caminho onde os conteúdos programáticos foram adaptados às características

do aluno, descurando-se deste modo o que ele tinha mesmo de saber fazer.

Chegados aqui, levanta-se a questão dos alunos com NEE. Estes, efectivamente dadas as suas naturais e por vezes irreversíveis limitações, têm de ter um currículo adaptado.

Não devem também ser alvo de exclusão. Logo, como promover a sua inclusão, numa turma dita normal? Simples: Apostar na criação e formação de um corpo docente devidamente habilitado para lidar com estes alunos no seio da aula.

Nas turmas em que existissem alunos nesta situação, as aulas seriam ministradas por um par pedagógico, sendo que um dos elementos do par, seria um professor dessa disciplina, com formação específica na área das NEE.

Deste modo, estes alunos estariam perfeitamente integrados nas turmas e simultaneamente os alunos ditos normais não veriam o seu processo de aprendizagem retardado pela atenção que um só professor inevitavelmente teria que dar aos alunos com NEE.

Posteriormente, o Estado tem a obrigação de absorver e recrutar estes alunos, quando o sector empresarial privado não o fizer.

Julgo, que a adopção efectiva de algumas destas medidas acarretar-n-á nalguns casos a curto e noutros a médio prazo, melhorias significativas e reais nos nobres objectivos a que se propõe a Educação: Formação de Plenos Cidadãos, aptos a exercerem uma efectiva cidadania, activos e produtivos na edificação de uma Sociedade digna desse nome!

Re: Reflectindo sobre a Educação!

Afixado por Alberto Berta - 09/11/06 11:11

:dry:
Exm^o Sr,

Sou pai de uma criança com NEE e escolhi o ensino público porque não faço parte da família do "grande capital" e porque acredito nas "funções sociais do Estado".

Contudo, sou surpreendido pela sabotagem que os professores fazem aos planos de educação especial estabelecidos para estas crianças que estão numa situação de grande desvantagem!

Como é que eu explico a uma criança com um QI de 50 e que me pede pela "ora nanda" (professora fernanda) da "ola azul" (escola) que não pode ir porque estão de greve?

Não compreendo porque os mais desfavorecidos - repito, os mais desfavorecidos - devem ser penalizados.

Não acredito que seja apenas "culpa" da "política de direita do Governo" - onde estão as "funções sociais" do Sindicato?

E os professores? Quo Vadis?

Alberto Berta

Re: Reflectindo sobre a Educação!

Afixado por rodrigo trancoso - 09/11/06 17:11

Quando os professores fazem greve, fazem-no no sentido de pressionar o ME a aplicar uma política educativa que tenha como resultado um sucesso escolar real e não estatístico.

Relativamente aos alunos com NEE remeto-o para o meu post "Propostas politicamente incorrectas" no fórum sobre Metas e medidas para a Educação!

cumprimentos

Rodrigo Trancoso

=====